

# FERNANDO HADDAD

**Emerson Maciel Junqueira**

*mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP - UNICAMP - PUC-SP)*

**Guilherme Augusto Guimarães Ferreira**

*doutorando e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP - UNICAMP - PUC-SP)*

---

## **Presidenciável**

Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores)

Manuela d'Ávila (Partido Comunista do Brasil), candidata à vice-presidente

## **Coligação**

“O Povo Feliz de Novo” - PT/PCdoB/PROS

## **Cargos políticos**

Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo (2001-2003); ministro da Educação (2005-2011), prefeito de São Paulo (2013-2016)

## **Eleições presidenciais**

2018

## **Assessoria em relações internacionais**

Amparado nos postulados de Marco Aurélio Garcia; Secretaria de Relações Internacionais do PT, sob a liderança de Mônica Valente

**F**ernando Haddad nasceu em 25 de janeiro de 1963, é Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em economia e doutor em filosofia pela mesma universidade. A sua chapa é composta pela candidata à vice-presidente Manuela D'Ávila, jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC-RS), Manuela d'Ávila é filiada ao PCdoB, partido pelo qual já exerceu os mandatos de vereadora de Porto Alegre (2005-2006), Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul (2007-2010/2011 - 2014) e, desde 2015, o mandato de Deputada Estadual também do Rio Grande do Sul.

A candidatura da chapa Haddad-Manuela emerge em um cenário de disputa judicial em torno do até então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro. A candidatura de Lula da Silva foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, apesar da persistência na disputa judicial, a coligação optou pelo lançamento da candidatura de Haddad e Manuela.

Antes de adentrarmos às propostas da chapa, é importante ressaltar que essa é a primeira eleição que o Partido dos Trabalhadores disputará sem a presença de Marco Aurélio Garcia. Falecido em julho de 2017, o Prof. Garcia foi, ao lado dos embaixadores Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, um importante formulador e condutor da política externa das administrações petistas, tendo ocupado o cargo de assessor especial da presidência para assuntos internacionais nos governos Lula da Silva e Rousseff.

Institucionalmente, contudo, o fato do PT possuir uma sólida e consolidada estrutura partidária que se dedica a pensar o tema da política externa indica que, mesmo na ausência do Prof. Garcia, há continuidade nos objetivos e estratégias de política externa pensadas pelo partido e pela chapa presidencial. Nesse sentido, é de se notar uma continuidade nos posicionamentos da Secretaria de Relações Internacionais do PT, atualmente sob liderança de Mônica Valente, e dos estudos desenvolvidos pela Fundação Perseu Abramo<sup>1</sup>, instituição que contribui para a formulação das diretrizes dos programas do PT, inclusive no que diz respeito à política externa.

Em termos gerais, o programa da candidatura apresenta o objetivo de refundar e aprofundar a democracia no Brasil, rompida com o “golpe parlamentar de 2016”<sup>2</sup>, que interrompeu o mandato da Presidente Dilma Rousseff, e a “prisão sem provas”<sup>3</sup> do ex-presidente Lula da Silva. É interessante notar que o programa vincula de forma explícita os supracitados episódios com um processo de ataque à soberania nacional brasileira.

O programa parte de um diagnóstico de que houve uma retomada da postura imperialista por parte das potências centrais de forma a fragilizar a soberania dos países economicamente mais vulneráveis, sobretudo no que diz respeito àqueles estados detentores de grandes reservas de petróleo. Nesse sentido, acusa a política externa do governo de Michel Temer de implementar uma política externa submissa e entreguista, materializada na desconstrução dos processos de integração regional da América do Sul, no abandono da cooperação sul-sul e na busca por acordos comerciais de “nova geração”, o que, segundo o programa, inviabilizaria qualquer projeto autônomo.

Resta claro, portanto, o diagnóstico que busca vincular o chamado “golpe parlamentar de 2016”, a prisão do ex-presidente Lula da Silva e as opções de política externa do governo Temer como facetas da retomada de uma política ofensiva contra o Brasil por parte dos países centrais.

Para reverter esse processo, o programa defende a retomada de uma política externa ativa e altiva, em clara referência à gestão de Celso Amorim quando à frente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Para tanto, o programa pode ser analisado em três grandes eixos: América Latina e Integração Regional; Cooperação Sul-Sul; Multilateralismo e BRICS (grupo de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

No que diz respeito à América Latina, o programa defende a retomada da integração latino-americana por meio da defesa da Amazônia, da integração de cadeias de produção e do fortalecimento de instrumentos de financiamento de infraestrutura (Fundo para convergência estrutural do Mercosul – FOCEM; e Banco do Sul). Faz referência à necessidade de fortalecimento do Mercosul, da

Unasul e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Chama a atenção a referência direta à eleição de López Obrador, presidente eleito do México, como indicativo de possibilidade de consolidar a CELAC, o que fortalece a percepção de uma política externa que tem como foco a ideia de América Latina, não limitada, portanto, ao cone sul do continente. Por fim, o programa afirma que o Conselho de Defesa da Unasul deve assumir o protagonismo na resolução dos conflitos regionais e repudia as intervenções externas baseadas na força, em clara referência à postura da política externa dos Estados Unidos da América da administração Donald Trump.

Conforme o programa, em entrevista ao canal Globonews<sup>4</sup>, o candidato Haddad afirmou que o Brasil, durante o governo Lula da Silva e Rousseff, fez uma política externa importante para fortalecer a América do Sul, em especial o Mercosul, e criticou a política do governo Temer na América Latina.

Quando apresenta a proposta de retomada da cooperação Sul-Sul, o programa o faz a partir da crítica de que era preciso resgatar as parcerias estratégicas com as regiões abandonadas pela “política externa neoliberal”. Dessa forma, propõe a ampliação da agenda de política externa e de cooperação para temas ligados à saúde, educação e segurança alimentar e nutricional, tendo como parceiros centrais os países do continente africano e asiático.

A ideia de defesa do multilateralismo aparece de forma articulada com a proposta de fortalecimento do BRICS, como a participação na formulação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e a proposta de sediar o Arranjo Contingente de Reserva do BRICS (uma espécie de fundo monetário). Assim, o programa se compromete com o desenvolvimento de novos mecanismos e instrumentos de cooperação e indica a necessidade de reformar os organismos multilaterais, sobretudo a reforma do Conselho de Segurança da ONU e a proposta de transformar o G-8 em G-20. Por fim, defende o reconhecimento do Estado palestino e a retomada das negociações sobre o programa nuclear do Irã enquanto mecanismos promotores da paz e da estabilidade no Oriente Médio.

No programa de governo nota-se a ausência de, ao menos, dois países importantes para a política externa brasileira: China e Venezuela. Sobre a China, principal parceiro comercial do Brasil desde 2009, não é apresentada nenhuma política específica, limitando-se ao tratamento do país no âmbito das relações com os BRICS.

Já sobre a Venezuela, membro do Mercosul, que nos últimos anos sofre com problemas econômicos e disputas entre o governo Maduro e seus opositores, permanece a ausência de proposições. No entanto, apesar do silêncio no programa, o candidato Haddad tem se pronunciado em sabinas e entrevistas. Para a série “O Brasil visto de baixo”, organizada pela Catraca Livre e pela Casa do Baixo Augusta<sup>5</sup>, o presidenciável afirmou que o Brasil deve se posicionar em favor da democracia e do fortalecimento das instituições na Venezuela, assumindo um papel de mediador entre as forças que disputam o poder, sem favorecer um dos lados, evitando ingerência na política interna venezuelana e respeitando a soberania do país.

Diante do apresentado, é perceptível que a proposta da coligação “O Povo Feliz de Novo” aposta na retomada da política externa das administrações petistas, sobretudo dos dois governos Lula da Silva (2003-2006/2007-2010). A integração regional na América Latina parece assumir centralidade na estratégia de inserção internacional do Brasil, mormente no sentido de operar como um trampolim para impulsionar o país como liderança regional e, assim, fazê-lo alcançar maior protagonismo na política mundial. O mesmo pode-se dizer dos BRICS, que aparecem como instrumento estratégico no sentido de angariar recursos e capacidades para reformular as instituições internacionais tradicionais, tanto no âmbito econômico, comercial e político.

## NOTAS

- 1 Disponível em <https://fpabramo.org.br/fundacao-perseu-abramo/>
- 2 Nota do PT sobre o impeachment, caracterizado como golpe de Estado pelo partido  
<http://www.pt.org.br/nota-oficial-resolucao-politica-contra-o-golpe/>
- 3 <http://www.pt.org.br/partidos-de-esquerda-divulgam-nota-de-repudio-a-prisao-de-lula/>
- 4 Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B8dGoDDZr-g>
- 5 A entrevista está disponível, na íntegra, em: <https://www.youtube.com/watch?v=zzRjqASACyo>